

**HABEAS CORPUS Nº 493.383 - PR (2019/0042485-7)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : GUSTAVO DIAS FERREIRA**  
**ADVOGADO : GUSTAVO DIAS FERREIRA - PR051045**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : DOUGLAS OLIVEIRA DE SOUZA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Douglas Oliveira de Souza**, apontando-se como autoridade coatora a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (HC n. 0045431-12.2018.8.16.0000).

Narram os autos que o Juízo da 9ª Vara Criminal da comarca de Curitiba, mediante representação do Delegado de Polícia, decretou a prisão preventiva do ora paciente em razão da suposta prática dos crimes de roubo majorado e porte ilegal de arma de uso restrito.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra o paciente e outros corréus.

Impetrado *writ*, na origem, a Corte estadual denegou a ordem nos termos desta ementa (fl. 23):

**HABEAS CORPUS CRIME- REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - EXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR - ART. 312 DO CPP - MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES - PERICULOSIDADE E RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA EVIDENCIADOS - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ORDEM DENEGADA.**

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante alega, em apertada síntese, ausência de motivos concretos para a decretação da prisão preventiva.

Destaca que os corréus Raí Ratcheski Simões e Alaf Ventura Gomes dos Santos, presos em flagrante, tiveram a prisão revogada.

Menciona que a gravidade abstrata do crime não pode ser considerada fundamentação concreta para a manutenção da prisão.

Requer, assim, inclusive em liminar, a revogação da prisão cautelar.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus* justifica-se quando existe flagrante ilegalidade, sendo por isso medida extraordinária. Exige, também, a análise rigorosa e cumulativa acerca dos elementos autorizadores de sua concessão: o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Não obstante, enxergo excepcionalidade apta a justificar a concessão de medida urgente.

A decisão que decretou a prisão preventiva do paciente está assim fundamentada (fl. 21 – grifo nosso):

[...]

Em análise da presente representação formulada pela autoridade policial, entendo que tal pleito comporta deferimento, a considerar que se trata de investigação de **grave crime patrimonial**, havendo indícios suficientes de autoria a ensejar o decreto de prisão preventiva, ante o reconhecimento, pela vítima, do investigado como possível autor do delito de roubo (mov. 1.14 e 1.15), **sendo que tal delito, também, preenche o requisito do art. 313, I, do CPP**, o que autoriza a conversão para o decreto de prisão preventiva.

Desta forma, a prisão cautelar não se faz possível apenas para garantir a ordem pública, mas também para garantir a escorreita produção de prova oral, de modo a proporcionar à vítima a realização de sua oitiva sem quaisquer ameaças ou temores, razão pela qual DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de DOUGLAS OLIVEIRA DE SOUZA, ante o preenchimento dos requisitos legais.

[...]

O Tribunal de Justiça também usou a gravidade abstrata do crime (fl. 24) para fundamentar a custódia do paciente.

Ocorre que, não é suficiente, evidentemente, a reportagem, pura e simples, a conjecturas a respeito da generalidade do crime, sem elemento concreto. Ora, se assim fosse, a prisão provisória passaria a ter caráter de prisão

obrigatória, e todos sabemos que não é esse o seu caráter.

Com essas considerações, entendo, pois, estarem presentes os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, por se revelar carente de fundamentação concreta a prisão do paciente.

Em face do exposto, **defiro** o pedido liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do mérito deste *writ*, salvo se por outro motivo estiver preso, impondo-lhe, por ora, a medida cautelar prevista no art. 319, I, do Código de Processo Penal (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pela autoridade judicial, para informar e justificar atividades), advertindo-se o paciente acerca da necessidade de permanecer no distrito da culpa para atender aos chamamentos judiciais.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo da 9ª Vara da comarca de Curitiba/PR (Autos n. 0021897-97.2018.816.0013) sobre a atual situação do paciente e da ação penal, encaminhando-se cópia da sentença, caso tenha sido proferida.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator